|  |
| --- |
| **Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.** **Assunto: Pedido de Adesão à ARP nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_ – (ÓRGÃO SOLICITANTE).** **Despacho** Trata-se de pedido de adesão à Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, formulado pelo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, oriunda do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_, que tem por objeto a eventual aquisição de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Destarte, encaminhem os autos à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** para que o gestor(a) da presente ARP, Senhor (a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, se manifeste a respeito da viabilidade do atendimento à demanda levantada pela requerente e verifique, junto à fornecedora, se ela deseja contratar com o \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, apresentando manifestação expressa da empresa, desde que essa aceitação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com este Tribunal de Justiça de Alagoas conforme delibera oart. 31 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 que regulamenta a Lei 14.133/2021. Saliente-se que a viabilização deste procedimento de carona está inserida na Cláusula \_\_\_\_\_\_ da ARP nº \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. Outrossim, deverá ser observado que aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 32, I do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023), bem como que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conformeart. 32, II do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023. Por fim, deve o gestor prestar informações quanto às obrigações pactuadas pela empresa junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, de maneira a comprovar o bom andamento das demandas originadas por este Poder.Voltando.Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.**XXXXXXXXXXXXXX**Subdiretor Geral |